

# Dilma e Barbosa preterem servidores no orçamento

A Assembleia Geral de quinta-feira, às 17 horas, na entrada do TRE, irá debater, entre outros assuntos, a Pauta Nacional de Lutas da Fenajufe. A desconsideração das reivindicações dos servidores no orçamento está em debate na rodada nacional de Assembleias nos estados. Os servidores estão sendo chamados a participar das atividades nos estados e ajudar na pressão sobre a cúpula do Judiciário.

O momento é decisivo para luta por orçamento em 2014, porque a conformação do orçamento da União para o ano que vem aponta para a rejeição de todas as reivindicações dos servidores - dentre elas a antecipação da parcela da GAJ de 2015 para janeiro próximo - e só uma forte reação da ca-

tegoria pode reverter esta tendência. Como o Projeto de Lei Orçamentária e a própria Lei de Diretrizes Orçamentárias ainda tramitam no Congresso, é possível alterá-las e incluir a pauta dos servidores.

## Só para magistrados

Na sexta-feira, 6, a Coordenação da Fenajufe reuniu-se com o diretor geral do STF, Miguel Fonseca, e o questionou sobre o PL 6218/13, em que Joaquim Barbosa pleiteia reajuste salarial exclusivamente para os magistrados. Os diretores da Fenajufe externaram a total insatisfação do conjunto da categoria com o encaminhamento de um projeto que atualiza subsídios apenas dos juizes e ponderaram que a mesma inflação que cor-

rói os salários dos juizes também atinge os servidores, que estão desde 2006 sem qualquer reposição efetiva, acumulando uma perda apurada em 47,7% até julho deste ano.

A Federação cobrou idêntico tratamento para os servidores, ao contrário do que está previsto no projeto de lei, que busca assegurar resíduo de 4,06% de reposição aos magistrados e nem sequer cita os servidores. O diretor geral se comprometeu a levar o reclame ao ministro Joaquim Barbosa, de busca de tratamento isonômico entre servidores e magistrados. Ele também afirmou que vai dialogar com o presidente do STF sobre a possibilidade de garantir este pleito, e caso ele entenda adequado, verificar se é possível encaminhar

## **Assembleia Geral**

**12 de setembro, quinta-feira,  
às 17 horas, na entrada do TRE**

emenda ou um novo projeto de lei ao Congresso Nacional.

Outro assunto na reunião foi o andamento da questão do reenquadramento. O posicionamento que se vislumbra num primeiro momento aponta para um parecer favorável, com parâmetros semelhantes à decisão do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que estendeu o benefício a todos os servidores do Ministério Público da União (MPU).

Perguntado sobre quando haveria uma definição, Miguel Fonseca informou que o parecer está em fase de revisão final e deverá ser apresentado para despacho ao ministro Joaquim Barbosa, acompanhado de proposta de nova portaria conjunta a ser submetido aos presidentes dos tribunais superiores. O diretor geral comprometeu-se a informar a Federação assim que tiver despachado com o presidente do STF. *(Fenajufe e Sintrajud)*

## **Governo exclui AQ de técnicos do orçamento**

O PL 319/07, que prevê o adicional de qualificação para os técnicos judiciários, também estava na pauta da reunião com o diretor geral do STF, Miguel Fonseca. Ele indicou que a apreciação do tema será feita nesta semana e que Joaquim Barbosa vai negociar diretamente com a presidenta Dilma Rousseff os recursos necessários para o PL. O governo federal voltou a mexer na proposta orçamentária do Poder Judiciário e excluiu a previsão de recursos extras para pagar o adicional de qualificação (AQ) dos técnicos judiciários, de acordo com o que é proposto no PL 319/2007.

Outro assunto debatido foi a instalação da mesa de negociação permanente conjunta com todos os Tribunais Superiores para negociar solução salarial emergencial, além de retomar a negociação sobre a elaboração de um Plano de Carreira para a categoria. Neste caso, o diretor geral não apresentou posicionamento e colocou óbices iniciais sobre os objetivos da comissão. A Fenajufe ponderou que, antes de vencer a última parcela da GAJ, prevista para 2015 - a categoria busca a antecipação - é preciso come-

çar a negociar novas alternativas salariais, pois esse é um processo demorado de maturação interna nos tribunais e depois também na tramitação do projeto no Congresso.

Os representantes da Fenajufe apresentaram também a questão do adicional de penosidade e informaram ao diretor geral que a Federação vai protocolar requerimento para solicitar este benefício para os servidores do Poder Judiciário, da mesma forma como já foi regulamentado para servidores do MPU e do Executivo que trabalham em áreas de fronteira. Miguel Fonseca mostrou interesse pelo tema ao saber que os servidores do Judiciário não recebem este adicional, enquanto que no MPU e no Executivo ele já é pago.

Na oportunidade, foi entregue memorial detalhando a necessidade de equiparação dos chefes de cartórios da capital e do interior da Justiça Eleitoral, porém o diretor geral apontou que a questão precisa ser tratada no âmbito do CNJ. Com relação a este assunto, a Fenajufe informou que pretende entregar cópia do memorial a todos os conselheiros do CNJ. *(Fenajufe e Sintrajud)*

## **Dia 18 tem luta contra o PL das terceirizações**

Após ser suspensa a votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara, o Projeto de Lei (PL) 4330, das terceirizações, seria votado diretamente no plenário da Câmara, para depois ir ao Senado. Entretanto, o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, anunciou a realização de uma comissão geral no próximo dia 18 para discutir o projeto. Assim, ficará suspenso o requerimento de urgência e a proposta não irá diretamente para votação em plenário.

É mais um passo importante na mobilização contra a aprovação do projeto, que precariza ainda mais o trabalho no Brasil, favorecendo unicamente o empresariado. Outro fato recente é que 19 juizes do TST já se manifestaram contra o PL, por entenderem que prejudica os trabalhadores. O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho (CSMPT) também aprovou uma moção contrária ao PL por entender que o PL 4330 "permite a terceirização de serviços em todas as atividades de empresas e órgãos públicos, sem quaisquer limites". *CSP-Conlutas*

## **Agende-se**

### **Reunião sobre a ação da URV**

**quarta-feira, 17 horas,  
no auditório do TRT,  
com a presença da  
Assessoria Jurídica  
do SINTRAJUSC.**